

ENTRE GRAMÁTICA MORAL E TECNOLOGIA POLÍTICA: A “HABITAÇÃO ECONÔMICA” COMO SOLUÇÃO À QUESTÃO SOCIAL (1880-1942)¹

Thomas Jacques Cortado, Unicamp/SP

Palavras-chave: habitação popular, governamentalidade, moralidade

INTRODUÇÃO

Durante os anos 20 e 30, a casa própria, construída pelos próprios moradores sobre loteamentos distantes do centro, na periferia, se tornou a principal solução ao problema da moradia popular. As discussões que ocorreram no mesmo período em torno da “habitação econômica” desempenharam um papel fundamental ao apontar justamente para esse tipo de solução (CARPINTÉRO, 1997; BONDUKI, 1999; FREITAS, 2005; CORREIA, CHRISTIE & ALMEIDA, 2014). A minha intenção aqui é revisitar aos discursos e as políticas às quais essa categoria de “habitação” ou “casa econômica” deu lugar, dentro da perspectiva dos “estudos sobre governamentalidade” (BURCHEL, GORDON & MILLER, 1991).

Entretanto, dentro dos estudos sobre governamentalidade, proponho dois deslocamentos essenciais.

O primeiro deslocamento tenta agregar a uma “topologia do poder” (COLLIER, 2009) uma análise das “gramáticas morais” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991) acionadas pelos atores para justificar a extensão ou a redução da intervenção governamental. Os estudos sobre governamentalidade, de modo geral, atrelam o processo de extensão dos saberes e poderes a uma racionalidade de cunho instrumental (maximizadora): existiria uma busca constante pelo máximo de eficácia no exercício dos poderes e no refinamento dos saberes, o que levaria um constante aperfeiçoamento dos mecanismos de poder (metáfora da “economia do poder”). Contra esse funcionalismo implícito, defendo a necessidade de prestar atenção ao modo como as intervenções são justificadas.

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF. Este material é baseado em projeto apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2018/12573-9.

O segundo deslocamento diz respeito aos sentidos da palavra “economia”. Acredito que os estudos sobre governamentalidade não deram uma atenção suficiente à pluralidade dos significados associados à categoria de economia (NEIBURG, 2010). De modo geral, os estudos sobre governamentalidade muitas vezes identificam a economia com a economia da economia política. Se as abordagens de cunho mais performativo (ÇALIŞKAN & CALLON, 2009; MITCHELL, 2014) tentam objetivar o efeito dos discursos sobre a economia na economia, eles também costumam privilegiar “a ciência econômica” como matriz desses processos. Já a habitação econômica aponta para outros significados possíveis, que também levam para uma extensão dos saberes e poderes cercando a casa. E esses significados estão inseparáveis de determinadas “grandezas morais”, das concepções acerca daquilo que é justo ou não. Isso para deixar claro que a presente contribuição não trata de “economia moral”, mas sim das moralidades que estão embutidas na “economia” (não existe algo como uma “economia amoral”).

ECONOMIZANDO A CASA

A governamentalização da casa no Brasil

Os avanços da medicina social, pelo final do século 18, que trouxeram uma inflexão decisiva nesse processo de governamentalização da casa (COSTA, 1979). Enquanto a intervenção do governo sobre as casas até então focava na fachada, os médicos higienistas voltaram suas atenções para o interior da casa, para o interior dos cortiços em particular (CHALHOUB, 1996). É que aos lixos orgânicos e aos “miasmas fisiológicos” produzidos não só pelo grande aglomerado de moradores, mas também pelos animais aí criados, os cortiços somavam os miasmas gerados pela umidade dos solos e das paredes, devido à falta de arejamento e iluminação (MACHADO, 1978).

Economizando (n)a casa (1): a “liberdade de construir”

Entretanto, o ápice do intervencionismo higienista pelo final do século 19 levou também ao crescimento da contestação contra essa intervenção. Em uma série de artigos publicados no *Jornal do Commercio*, o engenheiro Rafael Vieira Souto denunciou o “ônus e [as] exigências que recaem sobre os proprietários edificantes”, por conta das novas normas sanitárias e estéticas (JORNAL DO COMMERCIO, 1892, p. 61). Vieira Souto apelava da “economia política” para criticar essas normas deixando transparecer

uma concepção da economia como ordenamento natural da atividade produtiva, geradora de “utilidade”: se não fosse o excesso de governo, não haveria “despesas supérfluas” e os industriais não precisariam se perder em “atividades inúteis”.

Quer se trate da indústria da construção ou de qualquer outra, a economia política ensina que toda a regulamentação minuciosa por parte da autoridade produz péssimos efeitos, porque sobrecarrega o *industrial* com despesas *supérfluas*, desanima-o, consome inutilmente a sua atividade, absorve também *inutilmente* a sua atividade (ibid., p. 62)².

Economizando (n)a casa (2): a busca pela eficiência

Com base também nas lições da “economia política”, o engenheiro municipal Everardo Backhauser defendeu uma ação do governo que ajudasse a tornar mais eficiente a produção de habitações higiênicas pelos agentes privados. No seu relatório sobre *Habitações populares*, Backhauser explicou que, “a par do lado higiênico”, “há, ao se construir uma casa operária, a considerar a questão principal – do preço” (BACKHAUSER, 1906, p. 43). Solucionar o problema da habitação popular passava então pela adoção de técnicas que consumiam menos recursos e, por isso, geravam lucros suficientes para incentivar os agentes privados a investir na construção casas para operários.

Encontra-se no relatório de Backhauser a primeira referência ao conceito de “habitações econômicas”, entre aspas (ibid., p. 45). Essa expressão designava então um tipo de habitação barata e higiênica, voltada principalmente para a classe operária, popularizado pelos engenheiros franceses Émile Cacheux e Émile Muller na Exposição Universal de 1868. Pelo final dos anos 1910, o vocábulo de “casa econômica” já era popular entre engenheiros e arquitetos brasileiros, a ponto de perder suas aspas. Em 1912, o engenheiro e empresário Roberto Simonsen fundou a Companhia Santista de Habitação Econômica, que dois anos depois iniciou a construção de uma “vila economizadora” próximo à Vila Balmiro, em Santos (FREITAS, 2005).

O que pautou ações e discursos em nome da “casa econômica” não foi a defesa da liberdade do industrial, mas a busca pela eficiência na construção. Chama atenção aqui é a inclusão na reflexão sobre a moradia de parâmetros que vão muito além da arquitetura. Em um artigo publicado na revista *A Casa* em 1925, o engenheiro civil Alberto Segadas

² Além dos títulos de obras e das palavras estrangeiras, grifei todas as palavras que, ao meu ver, indicam a presença de uma determinada grandeza moral no material apresentado (reproduzo assim o mesmo procedimento adotado por Boltanski e Thévenot em *De la justification*). Por isso, todos os grifos no texto a seguir são da minha autoria, e não dos autores citados.

Vianna criticou “o desperdício em todos os ramos da indústria de construção”, o que incluía: “falta absolutamente de *standardização*”, “ausência de *organização* na obra”, “exigências demasiadas dos códigos de construção”, “ausência de capitalistas que queiram empregar dinheiro em operações hipotecárias a prazo longo”, juros altos e, enfim, “a péssima divisão em lotes das zonas de moradia” (VIANNA, 1925, p. 111).

A economia como grandeza industrial

A Jornada da Habitação Econômica organizada pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em 1941 deu uma extensão ainda maior ao conceito, conforme mostra a multiplicação dos profissionais envolvidos na problematização da habitação popular. Ao lado de médicos, engenheiros e arquitetos, encontramos juristas, especialistas de criminologia; educadores e folcloristas; cientistas sociais renomados como o geógrafo francês Pierre Monbeig e o sociólogo norte-americano Donald Pierson. Sobre tudo, participaram vários profissionais do serviço social. “A habitação para ser tomada na sua *função* relevante, deve ser compreendida como um *meio* para a *perfeição* familiar, como um elemento de grande valor da elevação do nível moral e social da família”, disse um desses profissionais (CORRÊA, 1941, p. 214), confirmando a prevalência de uma “grandeza industrial³”.

DOMESTICANDO A ECONOMIA

O lugar da casa (e da economia) na doutrina social da Igreja católica

Em sua palestra sobre “o ideal em habitação coletiva” durante a Jornada, o assistente social Jacy Vianna afirmou o seguinte:

Preliminarmente, qualquer habitação, seja qual for o seu gênero, deve dar ao inquilino vantagens e garantias de compra. Só assim poderá despertar o *zelo* pela casa, pelo senso de *responsabilidade* que suscita em seus moradores. E ainda, o meio seguro de gerar o espírito de *economia* e de *previdência* (VIANNA, 1941, p. 139)

³ De acordo com Boltanski e Thévenot, “o ordenamento do mundo industrial repõe na *eficiência* dos seres, na sua *performance*, na sua *produtividade*, na sua capacidade de garantir uma *função normal*, de atender utilmente às *necessidades*”, e, por essa razão, “o *desperdício*” é um dos “*signos negativos* dessa grandeza” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991, p. 255).

Será que a palavra “economia”, neste trecho, tem o mesmo sentido do que nos discursos dos arquitetos e engenheiros procurando otimizar o padrão das habitações operárias de acordo com suas restrições orçamentárias?

Em primeiro lugar, não é do lado de Saint-Simon que esses profissionais da assistência social buscaram inspiração, mas do lado da doutrina social da Igreja católica. De modo geral, a questão da habitação popular sempre preocupou os adeptos da doutrina social da igreja católica. Para o engenheiro católico francês Frédéric Le Play, a casa própria garantia a *continuidade* moral (tradição) e física (reprodução) das *gerações*, através do *patrimônio* imobiliário, transmitido de pai para filho; espalhava o hábito da *previdência* pelos pais e filhos, pois sabiam que assim iriam conseguir e transmitir o *patrimônio* deles⁴ (LE PLAY, 1864, p. 232 et passim). Enquanto objeto de desejo, a casa própria criava “uma poderosa excitação à poupança” entre os pobres, inculcando-lhes a virtude da *previdência*. “A *previdência*”, definiu Le Play, “é um conjunto de sentimentos e hábitos que leva certos homens a não se satisfazer do bem-estar que lhes é pessoalmente garantido, mas a se preocupar, sem parar, em assegurar a *continuidade* dele, seja para eles mesmo, seja para sua *descendência*” (LE PLAY, 1864, p. 3).

A economia, nesse contexto, designa uma organização da vida cotidiana que fortalece os laços pessoais respeitosos das tradições e das hierarquias – são os laços entre pais e filhos, entre maridos e mulheres que merecem ser fortalecidos. De certo modo, estamos muito próximos daquilo que se chamava antigamente de *oikonomia* (FOUCAULT, 1984, p. 169 et seq.): “sendo, como é, a família uma *união moral* entre pais, filhos e empregados domésticos, faz-se mister uma estrutura econômica para solidificar os *laços morais*, os direitos e os deveres de uns e outros”, disse outro profissional do serviço social (CORRÊA, 1941, p. 214).

A tecnologia política do paternalismo social

Para além da assistência social e da filantropia cristã, sustento que essa gramática doméstica serviu para justificar a forma de governar durante o período varguista (1930-1945). Em seu artigo sobre “a imagem do poder no mito Vargas”, o antropólogo Ricardo

⁴ Difícil não decifrar aqui a gramática moral característica de um “mundo doméstico”, “onde os seres devem garantir a *permanência* e a *continuidade* de uma *tradição*” e onde “as relações visam antes a *educação*” (p. 216) – o mundo doméstico “não se expande somente no círculo das relações familiares”, mas aparece “a cada vez que a procura daquilo que é justo insiste nas relações pessoais” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991, p. 206).

Benzaquen Araújo destacava a forma muito peculiar pela qual o processo de governamentalização tinha se dado no Brasil, sem ampliação dos direitos civis e políticos, como aconteceu na Europa: “o projeto de implantação da governamentalidade, da administração das coisas e das pessoas aqui [veio] a exigir tanto a transformação da sociedade numa ‘casa’ quanto a indicação de um chefe, de um dono dessa casa” (ARAÚJO, 1986, p. 121). Assim, a governamentalização do Estado durante a década de trinta ficou cercada de uma “mitologia política” assemelhando a *polis* ao *oikos*.

Habitação econômica e paternalismo social: o caso das “casas proletárias” no Rio

Com base na classificação proposta por Rabinow na sua “arqueologia da modernidade” urbana na França (RABINOW, 1995), chamo de “paternalismo social” esse tipo de tecnologia política que combina governamentalização do Estado e referências a casa (patriarcal) como modelo político. Acontece que Rabinow lançou mão dessa apelação para falar das experimentações promovidas pelos filantropos cristãos no campo da habitação popular, que tiveram na figura do Le Play seu maior teórico. Em particular, esse parabenizava as “sociedades de *patronagem*” que construíam casas para os operários, dando destaque à Sociedade Mulhousiana das Vilas Operárias, fundada pelo industrial Jean Dollfus em 1853 (LE PLAY, 1864, p. 8). Esta instituição vendia casas com dois quartos (um para os pais, outro para os filhos) e um jardim, pagas em prestações que se estendiam por um prazo de 13 a 14 anos, arquitetadas por ninguém menos do que Émile Muller, o coautor do álbum sobre habitação econômica.

Entretanto, se olharmos para os contextos brasileiros e franceses no primeiro terço do século 20, observamos uma profunda e instrutiva divergência quanto ao sentido da categoria de casa econômica. À medida em que a expressão “habitação barata” se impôs no vocabulário das elites francesas, essa foi perdendo seu vínculo original com o paternalismo social (MAGRI, 1991). De modo geral, na França, reinterpretou-se a categoria de “casa econômica” dentro de uma gramática “cívica” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991): não se tratava mais de fortalecer os laços pessoais entre o patrão e o operário, mas de prestar solidariedade a todos os cidadãos que precisam, independentemente de seu estatuto.

Já no Rio de Janeiro, em 1934, o então interventor no Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista, baixou o Decreto n. 4.921, o qual “regulamenta a construção de pequenas habitações para as classes proletárias”. Esse decreto previa que o Serviço das Construções

Proletárias dentro da prefeitura fosse fornecer aos moradores pobres “projetos de residências *econômicas* que variarão de um quarto, cozinha e W.C. a três quartos, uma sala, cozinha, W.C. e banheiro”. Esse Serviço se tornou um dispositivo muito importante na gestão das populações urbanas pela administração de Dodsworth. Em dezembro de 1941, o próprio prefeito foi inaugurar o novo escritório do SCP na Praça de Sé, em Bangu. Aproveitou então para inaugurar também a Rua Abaeté, no mesmo bairro, e “entrar numa casa proletária para conceder o ‘habite-se’” onde, segundo o jornal *A Noite*, encontrou “chorando de *alegria* e *comovidíssimo* com a presença inesperada do prefeito, o *proprietário, humilde* operário da fábrica local” (A NOITE, 1941). Em setembro de 1942, “moradores das zonas longínquas do Distrito Federal” foram até o gabinete do prefeito para lhe prestar homenagem, “por motivo da criação do Departamento de Construções Proletárias”, acompanhados do chefe do DCP Duque de Estrada, do Presidente do Conselho Nacional de Serviço Social Ataulfo de Paiva, e de “representantes de sindicatos e caixas de pensões e aposentadorias, que constroem suas vilas, como se sabe, mediante licença e fiscalização da Prefeitura” (A NOITE, 1942, p. 3). Segundo o vespertino carioca, “depois da homenagem, o Sr. Euclides Enes Pereira, morador de uma casa proletária, à Rua Abaeté, em Bangu, fez entrega ao prefeito de uma fotografia do ato da entrega do ‘habite-se’ feita há meses pelo Sr. Henrique Dodsworth” (ibid.), dando continuidade ao ciclo de relações pessoais entre o líder e a população. Assim, um documento meramente administrativo (uma licença para habitar um prédio construído), concebido antes como instrumento de controle sobre a produção do espaço urbano, acabou servindo de mediação na relação entre o líder do governo e a população governada – uma relação pessoal, onde à suposta *generosidade* do líder respondia a demonstração de *afetos* da população.

Enquanto na França a promoção da “habitação econômica” se deu em nome de uma grandeza cívica, no Brasil ela permaneceu dentro de uma tecnologia paternalista e voltou-se para uma categoria específica de moradores, os “proletários”. “Proletário”, no vocabulário do paternalismo social, não significava exatamente a mesma coisa do que para os economistas liberais ou marxistas. Em seu artigo “Trabalho e propriedade: horizontes sociais do Estado Novo”, publicado em 1941 na revista *Cultura Política*, o capitão de exército, historiador, jornalista e católico militante Severino Sombra, ao articular as relações entre *pessoa, trabalho e propriedade*, evidenciou qual era o sentido da economia para o regime (SOMBRA, 1941). “A propriedade privada é imposta pela vida em sociedade, como aspiração material mais *íntima* do homem e base indispensável à expansão

fecunda de sua *personalidade*” (ibid., p. 174). A *propriedade*, para o *trabalhador*, representava uma verdadeira extensão de sua *personalidade*, e não apenas um capital imobiliário, convertível em dinheiro pelo intermediário do mercado, conforme o ordenamento mercantil do mundo. O proletário, portanto, era aquele que possuía um vínculo *pessoal* com o trabalho e a propriedade dele.

CONCLUSÃO

O estudo das gramáticas morais envolvidas na genealogia da categoria de habitação econômica nos leva a formular duas observações, com relação à literatura já existente.

A primeira observação diz respeito à tese segundo a qual a governamentalização do Estado estaria correlacionada ao enfraquecimento dos laços pessoais na gestão das populações. Por exemplo, Rabinow interpretou a derrota, na França, dos filantropos cristãos frente a outros reformadores sociais, em particular aos republicanos socialistas, como um efeito natural do desenvolvimento capitalista. “O avanço do capitalismo, com sua estrutura *anônima*, minou crescentemente a concepção personalista das relações políticas que caracteriza o modelo patronal” (Rabinow, 1995, p. 170). O desenvolvimento do capitalismo, ao diminuir o papel das relações pessoais na gestão das populações, teria levado então à adoção de novas técnicas de governo, de cunho mais “anônimo” – “cívico”, diriam Boltanski e Thévenot. Encontrei justamente uma formulação parecida dessa tese nesses dois autores, quando eles afirmam que “os dispositivos de natureza doméstica são pouco aparelhados em instrumentos de ação à distância, particularmente desenvolvidos, ao contrário, no mundo cívico” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991, p. 206). A política da casa proletária (e, de modo geral, toda a tecnologia paternalista do período varguista) aponta para um caminho diferente, onde a governamentalização do Estado, isto é, o adensamento das redes de saberes e poderes sobre a vida, vai junto com o fortalecimento das relações pessoais.

A segunda diz respeito à narrativa da “econamentalidade”, formulada por Mitchell, segundo a qual a “economia” só se tornou um modo original de governar as populações no curso dos anos 30 e 40 (MITCHELL, 2009). A originalidade desse modo estaria no fato de “introduzir o futuro no governo”, ao estabelecer “uma nova estrutura de prognóstico na qual um futuro era mobilizado enquanto modo de adjudicar e lidar com

reivindicações no presente” (ibid., p. 484). Antes, as referências à economia não teriam passado do sentido comum de “fazer um uso prudente de recursos limitados (ibid., p. 481). A genealogia da “habitação econômica” desmente parcialmente essa narrativa: as referências à “economia” no século 19 já tratavam de “introduzir o futuro” no governo das populações, como bem mostra a categoria de “previdência” tão crucial no discurso do catolicismo social. Isso não significa que, nos anos 40, não ocorreram mudanças relevantes, em particular com o surgimento de “uma nova métrica da mudança temporal” atrelado ao cálculo do PIB (ibid., p. 485), mas também não quer dizer que o tempo já não atuava de forma decisiva na gestão das populações.

De modo geral, é preciso prestar atenção aos “sentidos sociais da economia” (NEIBURG, 2010), e não reduzir a economia a um só discurso, em particular àquele que se tornou hegemônico nos anos 30 e 40: o da “ciência econômica” (*economics*). Com base em uma visão “paternalista” do mundo (isto é, “doméstica-industrial”), os filantropos cristãos do século 19 e a elite política do Estado Novo também procuravam “economizar” (ÇALIŞKAN & CALLON, 2009) a casa, só que no vocabulário deles a “economia” remetia antes a um mundo de vínculos pessoais, de tradições e hierarquias. E dessa visão resultou a elaboração de novas técnicas de governos: as vilas operárias, a política da habitação proletária. Existem várias maneiras diferentes de conceber o papel que a economia desempenha ou deve desempenhar na sociedade, induzindo efeitos dos mais variados. O que não podemos fazer é sistematicamente privilegiar aquela que nos parece hoje a mais poderosa, a da ciência econômica.

BIBLIOGRAFIA

A NOITE. 11.000 casas proletárias. *A Noite*, Rio de Janeiro, 17 dez. 1943, p. 3.

_____. Casa própria e barata. *A Noite*, Rio de Janeiro, 16 set. 1942, p. 1-3.

ARAÚJO, R. B. d. O dono da casa: Notas sobre a imagem do poder no “mito Vargas”. *Religião e Sociedade*, v. 13, n 2, p. 102-122, 1986.

BACKHAUSER, E. *Habitações populares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BOLTANSKI, L. e THÉVENOT, L. *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1999.
- BURCHELL, G., GORDON, C. & MILLER, P. (Orgs). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago: University of Chicago Press. 1991.
- ÇALIŞKAN, K. & CALLON, M. Economization, part 1: shifting attention from the economy towards processes of economization. *Economy and Society*, v. 38, n 3, p. 369-398, 2009.
- CARPINTÉRO, M. V. T. *A construção de um sonho: Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São-Paulo – 1917/1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COLLIER, S. J. Topologies of power: Foucault's Analysis of Political Government and beyond 'Governmentality'. *Theory, Culture and Society*, v. 26, n 6, p. 78-108, 2009.
- CORRÊA, G. G. A habitação e a delinquência infantil. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 82, p 211-218, 1942.
- CORREIA, T. d. B. & ALMEIDA, C. C. O. d. O IDORT e a habitação econômica: a difusão de experiências internacionais (1932-1960). *Pós-*, v. 21, n. 35, p. 154-171, 2014.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT. *L'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984.
- FREITAS, M. L. de. *O 'Lar Conveniente': Os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931)*. 178 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo São Paulo. São Paulo, 2005.
- JORNAL DO COMMERCIO. As novas posturas sobre construcções. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23 set. 1892, p. 1.
- LE PLAY, F. *La réforme sociale en France: Déduite de l'observation comparée des peuples européens*. Paris: Henri Plon, 1864. 2 vol.

MACHADO, R. & LOUREIRO, A., et al. *Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGRI, S. Des 'ouvriers' aux 'citoyens modestes': Naissance d'une catégorie: les bénéficiaires des habitations à bon marché au tournant du XXe siècle. *Genèses*, n. 5, p. 35-53, 1991.

MITCHELL, T. Economentality: How the Future Entered Government. *Critical Inquiry*, v. 40, n 4, p. 479-507, 2014.

MULLER, É. e CACHEUX, É. *Les habitations ouvrières en tous pays*. Paris: J. Dejeu & Cie, 1878. 70 p.

NEIBURG, F. Os sentidos sociais da economia. *Antropologia: Horizontes das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 225-258.

RABINOW, P. *French Modern: Norms and Forms of the Social Environment*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1995.

SOMBRA, S. Trabalho e propriedade: horizontes sociais do Estado Novo. *Cultura Política*, v. 1, n. 4, p. 73-79, 1941.

VIANAA, A. S. Construir melhor e mais barato. *A Casa*, n. 16, p. 11, 1925.

VIANNA, J. C. O ideal em habitação coletiva. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 82, p. 133-142, 1942.